

Figueiredo, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, DF, EDUMB, 1993. 249p.

Minas Gerais, século XVIII. Sociedade que cultivou as características de uma civilização urbana, principalmente através da arquitetura barroca. Em pleno momento da exploração do ouro, à sua margem um imenso contingente de desclassificados sociais, escravos e forros criaram uma multiplicidade de arranjos e soluções cotidianas para sobreviver. É nesse contexto da escravidão urbana que Luciano Figueiredo localiza o cotidiano e o trabalho da mulher.

Este trabalho surge num momento em que se multiplicam os estudos sobre a condição feminina na historiografia brasileira. No entanto, ele se destaca por tratar de um período pouco estudado, Minas colonial, já que a maioria dos trabalhos sobre esse tema dedicam-se ao Rio de Janeiro, principalmente na República. Utilizando como fontes de pesquisa as devassas eclesiásticas e correspondências oficiais, o autor analisa vários aspectos do cotidiano feminino nas “Minas do Ouro”, que engloba o comércio

ambulante, a prostituição nos arraiais auríferos, o concubinato como principal forma de vida familiar, assim como a participação feminina nas irmandades religiosas, seus momentos de lazer e violências sofridas.

A memória que se costuma ter das “Minas Gerais do Ouro”, sempre esteve relacionada à riqueza e opulência, mas Luciano Figueiredo tem como eixo do seu trabalho o avesso dessa memória, ou seja, a condição social da população trabalhadora em sua real miséria e pobreza, que por sua vez desencadeia uma série de atitudes desviantes e amorais. Essa realidade leva a tentativas, incessantes e mal sucedidas, por parte do Estado e da Igreja, de manutenção da ordem, que na análise do autor parece não ser alcançada mais por ineficiência e inoperância das autoridades do que por resistência dos desclassificados.

Fazendo uma história social, o autor começa caracterizando a participação da mulher no pequeno comércio, atividade

¹⁰⁰ Brandão, “Thales de Azevedo e o ciclo de estudos da UNESCO sobre relações raciais no Brasil”, p.15.

essencialmente feminina nas Minas Gerais do século XVIII. Luciano Figueiredo relaciona a formação dos núcleos urbanos à “transposição para o mundo colonial da divisão de papéis sexuais vigentes na Metrópole”. Assim, traz à tona velhas análises de dominação social caracterizadas pela imposição de um determinado tipo de comércio urbano pelos brancos dominadores, sem levar em consideração as possíveis influências africanas.¹

O comércio urbano caracterizava-se por “lojas” ou estabelecimentos maiores sob a administração direta de homens de origem portuguesa, cuja atividade comercial restringia-se a fazendas “secas”, ou por vendas, que multiplicavam-se por áreas onde existissem consumidores para seus variados artigos, em geral fixas, e que serviam também de lar para seus donos; e finalmente haviam as “vendas volantes”, em constante circulação pelo território mineiro e que complementavam a demanda de um mercado mais amplo. Nessas vendas, em sua maioria, o comércio era feito pelas negras de tabuleiro, mulheres forras ou escravas.

As vendas volantes não se restringiam apenas à distribuição de gêneros para consumo ligeiro, mas principalmente abasteciam as populações mineradoras. Além disso, eram locais de manifestação coletiva de lazer e solidariedade, onde, dentro dos espaços disputados da escravidão urbana, se confundiam escravos, negros e mulatos forros. Nesse sentido, esse comércio feito por mulheres representava a desordem social, perigo-

sa para as autoridades. A presença feminina, por exemplo, levava a constantes desvios de jornais dos escravos que trabalhavam nas minas. Elas eram acusadas de contrabando, prática da prostituição e proteção a negros fugidos, além de abastecimento de quilombos. Esses abusos levaram as autoridades a regulamentar o sistema de ganho e de vendas. O medo de rebeliões ou fugas e danos à propriedade, através de possíveis mortes e ferimentos de escravos, ocorrendo no interior das vendas, levaram a severas restrições à presença desses estabelecimentos nas lavras. Várias foram as medidas tomadas no decorrer do século XVIII para acabar com o comércio ambulante ou as vendas administradas por escravos e forros. No entanto, segundo o autor, todas elas demonstraram ser ineficientes, principalmente em virtude da dispersão geográfica típica do comércio ambulante.

Não era apenas do pequeno comércio de gêneros variados que se ocupavam as mulheres pobres. Um outro aspecto estudado por Figueiredo é a prostituição, caracterizada como desordem moral. Baseado nas denúncias aos visitantes, o autor considera como condicionantes para a existência da prostituição, primeiro a carência de mulheres brancas, depois a constante mobilidade espacial daqueles que se dedicavam à mineração, que “dificilmente permitiria a constituição de laços familiares”(p.78), tudo reforçado pelo “excessivo fiscalismo a obrigar parcelas consideráveis das mulheres mulatas e negras libertas (forras) a utili-

¹ Ver para o caso da Bahia no século XIX: Cecília Moeira Sales, “As ganhadeiras: mulher negra em Salvador no século XIX”, *Afro-Ásia*, nº 17 (1966), p.60.

zar o expediente da prostituição para pagar ao Estado o tributo devido”(p.78). Por último, relaciona a prostituição à escassa oportunidade de inserção da mulher nas atividades produtivas nessa região, apesar do controle que tinham do pequeno comércio. Assim, a prostituição era uma alternativa para garantirem seus meios de sobrevivência.

No entanto, essa perspectiva de análise da prostituição apresenta uma série de contradições. Por exemplo, quando o autor fala da escassez de mulheres brancas para casar, no mesmo capítulo demonstra que a maioria das mulheres brancas eram recolhidas ou se transformavam em freiras. Portanto, não me parece que faltassem mulheres brancas, talvez existisse uma escassez de “homens bons para casar”, o que levava as famílias da elite a optar por uma vida religiosa para suas filhas. Além do que, as relações descritas, em sua maioria, são entre os próprios desclassificados, na sua maioria negros e mestiços e portanto gente que não disputava as brancas no mercado matrimonial. Também transforma a fiscalização em força capaz de obrigar as mulheres foras a se prostituírem, mas entra em contradição quando descreve (p.83) a vinda de mulheres já prostitutas de outras localidades para se instalarem nas Minas Gerais; ou ainda, quando relata casos de mulheres que, mesmo tendo a oportunidade de casar, rejeitam (p.98).

No terceiro capítulo, “Vida Familiar”, o autor caracteriza o concubinato como a forma de arranjo familiar mais recorrente na documentação, o que descaracteriza, como vem fazendo a historiografia recen-

te, a família patriarcal como predominante e, muito menos, única forma de arranjo familiar.² No entanto, ele relaciona esse déficit de casamentos aos custos em dinâmica impostos pela Igreja e mais uma vez à ausência de mulheres brancas, não considerando a possibilidade de uma “cultura do concubinato”. Além disso, detecta grupos familiares característicos, que tendiam ao domicílio matrifocal, pela ausência dos homens ligados à economia da mineração. O concubinato entre colonos brancos e mulheres mulatas e negras, considerado *união desregrada* pelas autoridades metropolitanas, é retratado pelo autor como “medo de mestiçagem”, o que representaria a desordem. Mas apesar de citar, não explica por que o concubinato de brancos com índias é tolerado. Relaciona, ainda, concubinato com prostituição, colocando aquele como forma de mascarar esta. Fazendo isso o autor não leva em consideração o caráter das fontes pesquisadas que, com o objetivo de denúncia e imbuídas de uma mentalidade católica, caracterizam formas diferenciadas de relacionamento amoroso e de afetividade, preconceituosamente, como prostituição. No quarto capítulo, Luciano Figueiredo, a partir dos autos das devassas, levanta características muito interessantes das visitas episcopais no Brasil colonial. Emergem comportamentos, condutas e práticas espirituais ou seculares dos moradores dos inúmeros núcleos urbanos mineiros dispersos pelo território. Um mundo relativamente desconhecido, talhado pela miséria social dos segmentos empobrecidos, que ocupam com sua maciça e indisciplinada presença os tes-

² Ver entre outros, Eni de Mesquita Samara, *As Mulheres, o poder e a família*, São Paulo, Marco Zero, 1989; Katia M. de Queirós Mattoso, *A Bahia no século XIX: uma província no Império*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992. pp. 127-217.

temunhos fornecidos pelas devassas, principalmente na reconstituição da condição das mulheres empobrecidas, mais especificamente negras, mulatas, forras ou escravas, que faziam dos núcleos urbanos o espaço essencial para reprodução de sua vida material. Além disso, percebe nos estatutos das irmandades dos pretos e pardos a presença feminina no desempenho dos cargos existentes, do que resultava a marcante atuação destas mulheres, seja em funções administrativas ou simplesmente pagando como irmã as anuidades exigidas. Compara com as irmandades das quais participava a elite social, onde as mulheres brancas, apesar de participarem de cerimônias e festividades, encontravam poucas oportunidades. Assim, revela que, longe de representarem um espaço de atuação para as mulheres brancas, as irmandades foram instrumento de reforço de sua submissão à ordem patriarcal.

O desfecho do livro é feito de festa e violência. O autor demonstra que os momentos de lazer e divertimento, dos quais participavam as mulheres pobres, eram tidos como perigosos à ordem vigente. Assim, os batuques, danças, feitiços e adivinhações foram reprimidos e perseguidos pelas autoridades, pois “o desconhecido era uma margem de luta da qual dispunha a população negra e mulata”. Relaciona o temor que tinha o governo dessas manifestações, “oscilando entre o conagraçamento que propiciavam às camadas sociais empobrecidas e o desvio do tempo de trabalho na mineração, onde a Igreja viria contribuir com eficiência para a repressão dessas manifestações ao reduzir, através da justificativa moral, o elemento ideológico para a condenação do batuque”(p.173). O momento de la-

zer também se caracterizaria, segundo ele, pela redução dos conflitos que cotidianamente opunham dominadores e dominados, produzindo então uma identificação passageira, já que a documentação demonstra a presença de feitores e capitães-do-mato em batuques de escravos. Enfocando a violência contra a mulher, ele analisa desde a mulher branca à escrava, esta acometida principalmente por violências sexuais. Relata, entre outros, o famoso caso do ouvidor Joaquim Inácio Silveira da Mota, que raptou e violentou a jovem Ana Jacinta de São José, de 15 anos, que depois tornar-se-ia a respeitosa dona Beja de Araxá, revelando também a presença do homens da elite como agentes desse tipo violência.

O livro *O Averso da Memória* é indispensável para o estudo da condição feminina no Brasil colônia. Apesar de em muitos momentos sua análise entrar em contradição com as fontes, Figueiredo traz como contribuição a idéia de desordem (avesso) e vem representar a capacidade das mulheres escravas e libertas de encontrarem soluções para seus problemas cotidianos. Apesar de excluídas pelos poderes formais e em meio às desigualdades, à pobreza e à violência, elas lutaram incessantemente contra o reduzido campo de participação que encontravam, através de arranjos afetivos e formas diferenciadas de sobrevivência. Assim, a partir de ricas fontes, estuda um tema original, o cotidiano da mulher negra e mestiça no século XVIII, e nos faz refletir em muitos momentos sobre a nossa realidade atual.

Adriana Dantas Reis
Universidade Federal da Bahia
Mestranda em História